



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: 0000074-15.2017.8.26.0566
 Classe - Assunto: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado
 Documento de Origem: CF, OF, IP-Flagr. - 31/2017 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 100/2017 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 9/2017 - 3º Distrito Policial de São Carlos
 Autor: Justiça Pública
 Réu: JACKSON OLIVEIRA LUCIANO

Justiça Gratuita

Aos 23 de março de 2017, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **CARLOS EDUARDO MONTES NETTO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **JACKSON OLIVEIRA LUCIANO**, acompanhado da Dra. Amanda Grazielli Cassiano Diaz, Defensora Pública. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Rita de Cássia Oliveira, as testemunhas de acusação Sandro Rogerio Filismino de Souza e Rodrigo Alessandro Almeida, sendo o réu interrogado ao final. A colheita de toda a prova (depoimentos da vítima, das testemunhas e interrogatório do acusado) foi feita através de gravação em mídia digital, nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419/06, sendo impressas as qualificações de todos em separado e anexadas na sequência. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso na sanção do artigo 155, § 1º e 4º, inciso IV, do CP uma vez que no dia indicado na denúncia, durante o repouso noturno, ele e outra pessoa não identificada subtraíram para si o veículo. A ação penal é procedente. Ao ser ouvido perante a autoridade policial, no auto de prisão em flagrante, o réu confessou a participação no furto; ao ser abordado de forma mitigada, também admitiu, visto que o policial Sandro disse que em conversa o réu admitiu que foi com outro elemento ao local do furto do veículo e que ficou na esquina. Para o outro GM o réu disse que estava perto e que apenas acompanhou o outro elemento até o local onde o réu estava. Trata-se de uma forma mitigada a participação no furto. Ademais, consoante tranquila jurisprudência, quem é encontrado na posse de objeto furtado tem o dever de justificar a posse, sob pena de responder por furto. No caso, o réu admitiu na polícia a prática do furto e de certa forma também para os GM's, ao dizer que ficou na esquina enquanto o outro cometia a subtração. As circunstâncias, especialmente o fato de estar no veículo logo após a subtração é um elemento indiciário de participação no furto, o qual somado com a confissão perante a autoridade policial e os dizeres perante os GM's, que inclusive admite ter ficado na esquina por ocasião da subtração do veículo, como relatou a testemunha Sandro, formam um quadro seguro de participação no crime. A vítima disse que viu o veículo pela última vez em frente à sua casa por volta de 2 horas da manhã, enquanto que os GM's disseram que o veículo foi localizado com o réu e outro elemento entre 3 e 4h30 da madrugada, e que estava escuro, panorama este que indica, com segurança, que a subtração ocorreu entre 2 às 4h30 da madrugada, o que caracteriza repouso noturno, cuja majorante se justifica pela pouca vigilância no momento do crime, por conta de a população se encontrar



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

dormindo. Também é entendimento de que o furto de veículo na rua neste horário configura a majorante, exatamente em razão da menor vigilância, posto que a norma penal não exige que a subtração seja em residência, mencionando apenas a circunstância de subtração nesse horário. Por outro lado, tanto a 5ª Turma como a 6ª Turma do STJ, que têm competência em matéria criminal, já assentaram o entendimento de que é cabível esta majorante em furto qualificado, posto que no passado havia controvérsia a respeito, mas é este o entendimento consagrado no STJ, de modo que há que se reconhecer o concurso de pessoas e a majorante do repouso noturno. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. como é primário a sua pena poderá ser substituída por pena restritiva de direito, nos termos do artigo 44 do CP. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Requeiro a absolvição do acusado pois não foi produzida, em juízo, prova de que ele foi o autor ou um dos autores do furto a ele imputado. Isso porque o acusado ficou em silêncio na presente audiência de instrução, a vítima não presenciou os fatos, os guardas municipais (que inclusive atuavam fora de suas atribuições previstas do artigo 144, § 8º da CF), não lograram êxito em efetivamente comprovar que o réu estava envolvido no delito, pois só o abordaram posteriormente aos fatos. Ao contrário do que aponta o Ministério Público não há inversão do ônus da prova em razão da posse da res pois a única presunção permitida em Direito Penal é a de inocência. Desta forma, não tendo sido produzida prova em juízo em desfavor do acusado, é caso de aplicação do artigo 155 do CPP, devendo o réu restar absolvido. Não sendo este o entendimento requer a aplicação de pena-base no mínimo legal; requer-se não seja aplicada a majorante do repouso noturno em relação ao delito de furto qualificado, a imposição de regime aberto e a substituição de pena restritiva de liberdade por pena restritiva de direito. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. JACKSON OLIVEIRA LUCIANO**, RG 55.202.679, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 1º e 4º, inciso IV, do Código Penal, porque no dia 04 de janeiro de 2017 e a madrugada do dia 05 de janeiro de 2017, durante o repouso noturno, na Rua Republica do Líbano, nº. 1360, Jardim Cruzeiro do Sul, nesta cidade, previamente ajustado e agindo com unidade de propósitos e desígnios com outro indivíduo apenas identificado por “Morgan”, subtraíram para eles o veículo VW/Santana, placas GLV-4901-São Carlos-SP, ano modelo 1986, cor bege, avaliado indiretamente em R\$ 3.600,00, em detrimento de Rita de Cassia Oliveira. Consoante apurado, o denunciado e seu comparsa “Morgan”, previamente ajustados e agindo com unidade de propósitos e desígnios, decidiram saquear patrimônio alheio. Assim, durante o repouso noturno, oportunidade em que as chances de sucesso da empreitada criminosa são maiores, eles se dirigiram até o local dos fatos, ao que, ao avistarem o veículo da vítima estacionado defronte sua residência, lograram adentrá-lo e acioná-lo, partindo em fuga a seguir na sua condução. Guardas municipais realizavam patrulhamento ostensivo pela Rua Miguel Petroni, quando avistaram o automotor da vítima estacionado na via pública e dois indivíduos encostados em sua lataria em atitude suspeita, eles que, ao avistarem os agentes municipais, rapidamente retornaram para o seu interior e fugiram. Uma vez no encalço do VW/Santana, os guardas viram quando o seu condutor, já na Avenida Francisco Pereira Lopes, perdeu o controle do veículo, vindo a cair no interior do córrego ali existente. Não obstante a queda, o comparsa do denunciado logrou empreender fuga. Lado outro, a guarda municipal obteve sucesso em deter o acusado ainda no interior do veículo da vítima. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (página 87/88). Posteriormente a prisão preventiva foi revogada mediante imposição de medidas cautelares (fls. 124). A denúncia foi recebida (pag. 105), o réu foi citado (pag. 116/117) e respondeu a acusação através da Defensoria Pública (pag. 121/123). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma vítima e duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição do réu por insuficiência de provas. **É o relatório. DECIDO.** A acusação é improcedente. A materialidade foi comprovada pela prova



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

documental e oral. A autoria é nebulosa. Em seu interrogatório em juízo, o acusado preferiu permanecer em silêncio. A vítima confirmou o furto do veículo durante a madrugada nesta oportunidade. As testemunhas, guardas municipais, descreveram com detalhes a abordagem realizada. Disse que viram uma pessoa em atitude suspeita em frente a uma loja. A pessoa, ao perceber a aproximação da guarda municipal, correu para o veículo furtado e empreendeu fuga. Na sequência, o automóvel caiu no interior de um córrego e houve a abordagem do acusado. O terceiro que o acompanhava empreendeu fuga. Não souberam os guardas municipais identificarem quem estava na condução do automóvel furtado. Informalmente, o réu negou aos guardas municipais ter praticado o furto do automóvel e mencionou que iria pegar uma carona com o indivíduo foragido, admitindo posteriormente que tinham a intenção de praticar furto em algum estabelecimento. Se nem informalmente o acusado confirmou ter praticado o furto do veículo, fica sem credibilidade a confissão realizada na delegacia de polícia, com riqueza de detalhes, devendo ser destacado que naquela oportunidade o réu não foi assistido por advogado. É certo que ainda existem grandes indícios de que o acusado tenha realmente participado do furto do automóvel, mas isto não é suficiente para a certeza necessária de uma condenação penal, sendo possível, teoricamente, que o furto realmente tenha sido praticado por terceiro, como sustenta o réu. Assim, entendo que apesar de todo o trabalho exercido pela polícia e pelo MP, não existe prova suficiente para condenar o réu, credor do benefício da dúvida em situações como a dos autos. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA e ABSOLVO o réu JACKSON OLIVEIRA LUCIANO**, com fundamento no artigo 386, VII, do CPP. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, CASSIA MARIA MOZANER ROMANO, Oficial Maior, digitei e subscrevi.

MM. JUIZ:

MP:

DEFENSOR:

RÉU: